Leituras escolares do século XX: a representação do feminino

Alexandra Santos Pinheiro¹

Resumo

O artigo “Leituras escolares do século XX: a representação do feminino” analisa o terceiro volume da obra *Corações de crianças*, da professora Rita de Macedo Barreto. O objetivo deste texto consiste em observar as práticas de leitura em instituições públicas brasileiras do século XX, verificando como as leituras destinadas às primeiras séries do Ensino Fundamental caracterizavam o sexo feminino.

Palavras-chave

Leitores; gênero; Literatura; representação.

Abstract

The article “School readings of the 20th century: feminine representation” analyses the third volume of the work *Child hearts*, by professor Maria Rita Barreto. The objective consists in observing reading practices in Brazilian public institutions of the 20th century, verifying how the reading, destined to first grades of the Elementary School, characterized the feminine sex.

Keywords

Readers; gender; Literature; representation.

A representação do feminino é tema que interessa a diversas áreas das Ciências Humanas. Observar as imagens femininas e o

discurso de mulheres/sobre mulheres contribui para uma reflexão histórica e social da constituição do feminino, percebendo-o como sujeito que, geralmente, é constituído pelas concepções de seu tempo e de sua comunidade. Em nossa pesquisa, “Histórias de leitura em Dourados (1925-1980): livros, leitores(as), escritores(as), escolas e bibliotecas”, desenvolvida na Universidade Federal da Grande Dourados, temos deparado com situações e contextos de leitura em que os entrevistados são marcados pela fala sobre material impresso, pela censura a determinadas leituras e pelo apego aos livros de sua infância e sua juventude. É com base nesse contexto que apresentamos o texto a seguir.

Para a presente reflexão, voltaremos a atenção para o contexto didático-literário. A proposta consiste em analisar como as narrativas do livro *Corações de crianças*,² de Rita de Macedo Barreto, representam a mulher e quais as funções atribuídas a ela. Trata-se de uma obra que atravessa décadas, uma vez que a primeira edição é de 1913 e a última do início da década de 1940. Ressaltamos que, quando pensamos em representação, trabalhamos com a proposta de Chartier, que observa o conceito de forma epistemológica. Para o pesquisador, “representação” é um conceito por meio do qual se pode analisar um fenômeno social concreto; é também uma categoria inerente ao conhecimento histórico de uma “realidade” (Cf. FALCON, 2000, p. 41-44).

No caso da obra *Corações de crianças*, podemos identificar não o discurso atribuído ao sexo feminino, mas o incorporado por ele, já que se trata de um livro escrito por uma autora e que contém narra-

1 Doutora em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas (2007). Atualmente é professora-adjunta da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). E-mail: alexpin24@yahoo.com.br

2 Agradecemos à professora aposentada Maria Mercedes dos Santos pela gentileza de nos emprestar o exemplar de 1936 para a realização deste trabalho.

tivas que refletem comportamentos esperados para a época. A autora não representa pensamentos individuais; ao contrário, as narrativas criadas por ela representam o ideal de uma sociedade, o espaço e as funções que essa sociedade delegava ao sexo feminino:

Não é a descrição das atitudes, opiniões, e aspirações individuais que tem a possibilidade de proporcionar o princípio explicativo do funcionamento de uma organização, mas a apreensão da lógica objetiva da organização é que conduz ao princípio capaz de explicar, por acréscimo, as atitudes, opiniões e aspirações. (BOURDIEU, 2002).

Rita de Macedo Barreto fazia parte de um grupo de professores paulistas que, desde o fim do século XIX, discutia os rumos da Educação; alguns deles eram parentes da autora. Entre os nomes, destacamos Arnaldo Barreto, René Barreto, Pedro Voss e Aristides de Castro. Com o apoio da Secretaria da Educação de São Paulo, esses e outros professores publicaram periódicos significativos para a história da Educação brasileira: *A Escola Pública* (1895), *Revista do Jardim da Infância* (1896), *Revista de Ensino* (1902), *Como Ensinar Leitura e Linguagem* (1911) etc.

O exemplar de *Corações de crianças* que utilizamos para análise é de 1936, 39ª edição; encontra-se bastante danificado, com folhas soltas (algumas perdidas); na capa, o desenho foi rasgado, as bordas das páginas foram corrompidas pelo tempo. Todavia, o livro permite observar que a editora já investia em alguns atrativos para conquistar a atenção do público leitor infantil: as narrativas são ilustradas (algumas coloridas), os títulos são grafados com letras grandes e cada narrativa é inserida em uma página especial.

Apesar do envolvimento da autora em questões educacionais e apesar de ela ser uma das primeiras escritoras de livros didáticos brasileiros, Rita Barreto deve ser inserida, também, no contexto social e histórico que a cercava. Dessa forma, além de exercer a função de professora e de ser autora de livros didáticos, a senhora Barreto era mãe de oito crianças, cumpria a função social de esposa e zelava por sua casa. É com base no discurso dessa autora, envolvida por múltiplos papéis, que analisaremos, neste trabalho, a representação do feminino no livro de leitura *Corações de crianças*, adotado pelas instituições públicas de ensino no Brasil nas primeiras décadas do século XX.

O fato de ser uma mulher escrevendo livros didáticos às crianças é um elemento a ser considerado, pois, por si mesma, a escrita de Rita Barreto já implica uma representação. Além disso, era pensamento da época que ninguém melhor do que a mulher, com seu espírito maternal, para entender os desejos infantis. A *História social da criança e da família*, escrita por Ariès, aponta a importância atribuída à mãe no processo de formação social, religiosa e moral da criança. No novo sistema familiar que se colocou a partir da Revolução Francesa, a mulher precisava ser “educada” para educar seus filhos, instruindo-lhes os preceitos de conduta esperados pela sociedade da época (Cf. ARIÈS, 1981). Vale destacar, nesse sentido, que a criança passou a ser vista como um indivíduo a ser preparado para atuar na sociedade no período de sua vida adulta. Trabalhamos, portanto, num contexto em que a criança seria um indivíduo a ser formado e não um ser capaz de formar-se a partir de suas experiências e suas vivências (Cf. BETTELHEIM, 1980, p. 11).

De acordo com o Prefácio, o objetivo de livros como *Corações de crianças* é o de ensinar, a partir de leituras moralizantes, exemplos de conduta para os pequenos leitores. Os depoimentos escritos sobre o livro fazem-nos constatar, também, que, no início do século XX, a mulher era considerada pelo seu papel de zelar pelo lar e pela educação de seus filhos. No fim do Prefácio que escreve para a obra de Rita Barreto, Arnaldo Barreto declara:

Corações de crianças preenchem, ainda a este respeito, cabalmente o seu fim. Mãe de oito filhos, a mãe extremosa, a autora, no seu trabalho, nada mais fez do que reproduzir as acções que ia observando, dignas de registro, em cada um delles á medida que se lhes iam evoluindo os bons sentimentos. Cada um é o protagonista de algumas das narrativas, assim como cada assumpto é uma acção surpreendida em flagrante na sua vida infantil.

Dahi nascem a simplicidade e sentimento de todas as historietas, que deverão certamente influir com toda a sua força emotiva na formação ethica dos pequenos leitores a que se destinam. Estes são os melhores predicados que se nos depararam nos livrinhos da distincta professora paulista, e que orientarão, podemos afirmar, para um melhor caminho,

o ensino da leitura nas nossas escolas publicas. Recommendamol-os, pois, com todo o entusiasmo ao illustrado professorado de S. Paulo.

Notemos que se trata de um “livrinho” escrito por uma zelosa mãe de oito crianças. Ao empregar o diminutivo para se referir à obra da autora, Arnaldo Barreto tanto reflete o pensamento de sua época – que atribuía aos livros destinados às crianças valor menor – quanto, de certa forma, desmerece o trabalho intelectual de Rita Barreto, uma vez que ela “nada mais fez do que reproduzir as acções que ia observando”. O resultado do registro feito seriam as “historietas”, “que deverão certamente influir com toda a sua força emotiva na formação ethica dos pequenos leitores a que se destinam”.

Tendo em vista que a literatura era considerada pelo seu valor pedagógico, qual seria, então, o conceito de leitura que vigorava na época, porquanto se tratava de um livro de leitura, com narrativas ficcionais criadas para exemplificar condutas morais, cívicas, religiosas e familiares? O Prefácio da primeira edição, 1913, mantido nas edições posteriores, possibilita-nos compreender a concepção de educação e de leitura adotada nas primeiras décadas do século XX. Num primeiro momento, Arnaldo Barreto afirma:

Rio, 26 de Março de 1913. Sinto-me á vontade para dizer algo a respeito destes livrinhos, destinados á primeira leitura das crianças das nossas escolas publicas. Encontro nelles muitos dos principios pedagogicos aconselhados pelos mais reputados mestres, e tenho como certo que, bem comprehendido o objecto do ensino da leitura, darão optimos resultados. Bem comprehendido o objecto do ensino da leitura, repito, pois, em geral, tal objecto parece ainda desconhecido, salvo raras e honrosissimas excepções, na maioria de nossas escolas.

Releve-me a rudeza da affirmativa. Ella nasce, porém do que hei observado nas escolas da zona que me coube inspecionar. Qual é, de fato, o objecto do ensino da leitura?

Nesse primeiro fragmento, observamos o contexto em que a obra está inserida. Refere-se a um livro didático, adotado pelas instituições públicas. É interessante perceber que a leitura é vista como algo a ser ensinado. O sentido expresso por Arnaldo Barreto não está relacionado ao processo de alfabetização, visto que se trata do tercei-

ro número da coleção, destinado à terceira série do primário (atualmente corresponde ao quarto ano do Ensino Fundamental). No restante do Prefácio, o autor explicita sua concepção de “ensinar leitura”. Vejamos:

É conseguir pensamentos. Só nos é licito dizer que lemos, quando assimilarmos os pensamentos da pagina que nos é dada a ler. Para atingirmos a esse resultado, é mister que seja grande o cabedal de nossas idéas, afim de, relacionadas às palavras que entretecem as sentenças, podermos apprehender o pensamento que estas registram.

Ler implica, portanto, apreender ideias e, para isso, faz-se necessário que o leitor dialogue com outras informações (conhecimento). Barreto propõe que o processo de leitura seja efetivado a partir da intertextualidade com outros conhecimentos. O autor não destaca o processo de reflexão sobre as ideias lidas, trata apenas do ato de assimilar conteúdo; o que é compreensível se contextualizarmos o texto com a proposta de educação da época. Na sequência do Prefácio, destacamos as colocações sobre o processo de leitura na criança, chamando a atenção, principalmente, para a representação que se tem do indivíduo em formação:

Ora, o thesouro de idéas de uma criança é commummente muito pobre. É preciso, porisso, augmental-o todos os dias, primeiro pelo conhecimento das coisas, depois pelo dos factos, até que, pela experiencia, ella possa dominar os pensamentos mais simples com a imprescindivel nitidez de percepção mental. Dahi a importancia do methodo intuitivo, em quasi todas as phases do ensino preliminar. O que importa, pois, de modo absoluto, para que chegue uma criança a ler, isto é, assimilar pensamentos, é que as idéas insertas nas paginas do seu livrinho de leitura sejam já do dominio da sua consciencia. Sob este ponto de vista, os livrinhos da Sra. Professora Rita de Macedo Barreto, são magnificos.

A criança é vista como um indivíduo desprovido de ideias (de experiências), por isso a necessidade de ser ensinada a partir do conhecimento concreto; pela concepção de Arnaldo Barreto, o método intuitivo seria o que melhor atenderia a essa necessidade. A definição de método intuitivo é dada no glossário elaborado pelo Grupo

de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil” (HISTEDBR), da Faculdade de Educação da Unicamp-SP. Elaborado por Dermeval Saviani, o verbete lembra que:

O método intuitivo, conhecido como *lições de coisas*, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX [...]. Mas o uso de todo esse variado material dependia de diretrizes metodológicas claras, implicando a adoção de um novo método de ensino entendido como concreto, racional e ativo. [...] Para tanto foram elaborados manuais segundo uma diretriz que modificava o papel pedagógico do livro. Este, em lugar de ser um material didático destinado à utilização dos alunos, se converte num recurso decisivo para uso do professor, contendo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades, cujo ponto de partida era a percepção sensível. O mais famoso desses manuais foi o do americano Norman Allison Calkins, denominado *Primeiras lições de coisas*, cuja primeira edição data de 1861, sendo reformulado e ampliado em 1870. Foi traduzido por Rui Barbosa em 1881 e publicado no Brasil em 1886.³

O livro de Rita Barreto estava de acordo com os princípios do método intuitivo adotado na época, porque as narrativas que compõem sua obra são elaboradas a partir de vocabulários conhecidos pelas crianças e com ações que não exigem muito esforço para serem assimiladas:

Todas as palavras usadas na composição das suas historietas são já do uso corrente das crianças que cursam as nossas escolas públicas. Dizer isto é afirmar antecipadamente que todos os seus pensamentos serão desde logo assimilados pelos pequeninos leitores. Por outro lado, essa leitura assim bem compreendida tornar-se-á uma apreciável gymnastica para o espirito infantil, desenvolvendo-lhe, sem maiores esforços, as faculdades da assimilação, ao mesmo passo que lhes irá infiltrando na consciencia os pensamentos moraes que ella vincula.

E isto é importante. Como acertadamente diz Paulo Pizzurno, assim como o desenvolvimento e vigor dos músculos supõem o exercício destes, é mister que o musculo moral, por assim dizer, também se exercite para se desenvolver e avigorar. E a leitura exerce uma influencia tão decisiva no sentido do bem ou do mal que o professor deve applicar-lhe os seus melhores cuidados.

Além de acessível ao nível intelectual dos educandos, a obra auxilia, ainda, no processo de formação moral da criança. Nesse fragmento, Arnaldo Barreto vê a leitura como algo que pode ser tanto danoso quanto benéfico para a formação do aluno; por isso, a necessidade de usar livros que lhes ensinem “pensamentos moraes”. É interessante lembrar que a ideia de que a obra literária tinha o poder de mudar comportamentos passou a ser mais forte depois do advento do romance, no século XVIII, crença que se estende ao longo do século XIX, quando a palavra ainda era considerada por seu poder ilimitado.

A prática de literatura, nesse sentido, representava uma espécie de veículo tradutor da realidade, com o poder de espelhar o mundo e seus contornos. Na época, surgiram manuais de leitura que ensinavam a forma de segurar os livros, os problemas de saúde causados pelo excesso de leitura e os conteúdos que deveriam ser lidos (AUGUSTI, 2006, p. 47). Atualmente, a visão da literatura busca, como afirma Marisa Lajolo, a “grande aventura da significação provisória”, transformando esse provisório na “arma de sua permanência”. A arte literária seria vista como “instauração de uma realidade, apreensível apenas na medida em que permite o encontro de escritor e leitor sem que, entre ambos, haja qualquer acordo prévio quanto a valores, representações etc.” (LAJOLO, 2002, p. 12).

A concepção de literatura relaciona-se, então, com a questão da leitura, entendendo-a como um processo de construção de sentidos. Antonio Candido (1972) afirma que a literatura tem a capacidade de “confirmar a humanidade do homem”, derivando, entre suas funções, a de “satisfazer à necessidade universal de fantasia, contribuir para a formação da personalidade e ser uma forma de conhecimento

3 Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.htm>.

do mundo e do ser”.⁴ Distante da concepção que marca a leitura literária atual, o ato de ler era considerado uma ferramenta para conseguir pensamento, portanto, a leitura deveria permitir à criança:

Sómente aquelles, diz Sarah Arnold, que valem a pena de ser adquiridos, isto é, os pensamentos nobres, elevados, formosos e puros.

Melhor seria para ella não ler nunca, do que empregar seu conhecimento da leitura em adquirir idéas más e sentimentos rasteiros. É mister, porisso, cuidar muito e muito de que a materia e assumptos escolhidos sejam bons e dignos de consideração.

Corações de crianças, pelos argumentos elencados, estaria apto a fazer parte do rol de leituras a ser oferecidas às crianças das instituições públicas de São Paulo. Um olhar distante das primeiras décadas do século XX vai perceber que as representações de comportamentos, de moralidade e de gênero oferecidas aos alunos daquela época atravessam a história e respingam no século XXI como uma cicatriz que ainda provoca, nas relações de gêneros, as mesmas ideias de divisão de trabalho e de conduta moral que marcaram a história da família ocidental.

Corações de crianças dá aos leitores do século XXI uma visão histórica da mulher, possibilitando perceber qual a representação que as instituições escolares difundiram sobre o gênero feminino. Após a leitura de todas as narrativas, detectamos que os adjetivos definidores das personagens femininas dessa obra são: frágeis, estudiosas, caridosas, puras, emotivas, amáveis, obedientes, caprichosas etc. No Prefácio apresentado no início deste artigo, Arnaldo Barreto trata da importância de oferecer às crianças leituras que sirvam de exemplos de conduta e de personalidade. Assim, as personagens dessa obra são exemplos de mulheres resignadas, que permanecem no espaço doméstico, zelando pela ordem da casa e pela educação dos filhos.

Essa obra, de modo geral, obedece aos conceitos de leitura infantil pensados nesse período. A criança, como afirma o professor Arnaldo Barreto no Prefácio de *Corações de crianças*, precisa de leituras

que lhe ensinem o caminho do bem; portanto, a esses leitores são oferecidas narrativas com personagens premiados por personificarem sentimentos e ações consideradas positivas: o amor, a caridade, o estudo, a obediência aos pais e aos mestres, o trabalho, a honestidade, o patriotismo. Em contrapartida, os personagens que transgridem as normas estipuladas são descritos como inferiores, feios e, pelos atos cometidos, são duramente punidos: pobreza, falência, morte prematura, solidão são algumas das consequências para quem se desvia do bom caminho. No rol dos bons e maus exemplos estão as *donas de casa*, de quem o presente artigo pretende tratar.

A narrativa “Quem lucha vence” faz a representação da mulher a partir do seu esforço para ajudar seu marido. A primeira página da história é ilustrada com uma casa cercada por árvores; na parte de fora da casa, dois homens trabalham com enxadas; na janela, uma mulher. Nota-se uma cena que simboliza o espaço historicamente atribuído à mulher, ou seja, o do lar.

A questão remete a uma construção sócio-histórica (e econômica) de um espaço feminino restrito à sua função de mãe. Primeiro, nas tribos primitivas, quando a mulher, por estar sempre grávida, necessitava ficar em casa para cuidar dos filhos já nascidos e dos que estavam por nascer. Depois, com o surgimento da burguesia originada pela Revolução Francesa, a figura feminina permaneceu restrita ao lar, porque lhe caberia acompanhar a educação de seus filhos. Assim, ser mãe sempre foi um aspecto determinante na vida da mulher.

Para Beauvoir, o amor materno, como algo instintivo, é um mito, é uma imposição alienante. A autora questiona posições, como a de Alfred Fouilleé, para quem o fato de a mulher gerar o filho é justificativa suficiente para a dedução de que seu lugar é no lar. “A fecundidade absurda da mulher a impedia de participar ativamente do crescimento dos recursos ao passo que ela criava novas necessidades”, afirmou Beauvoir (BEAUVOIR, 2001, p. 34-46). Nessa mesma perspectiva, Margared Mead (2003) aponta que a organização de algumas tribos primitivas era marcada por dois espaços: o fora da casa, destinado ao homem, que tinha a tarefa de buscar o alimento

4 Cf. CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803, 1972.

para a sobrevivência de seus filhos e sua companheira; e o espaço ligado à casa, destinado à mulher, que precisava cuidar da prole e do preparo do alimento. Nota-se que não há problema nesses papéis. A sociedade, imbuída por um imaginário social, define/hierarquiza esses papéis, de acordo com seus modelos culturais.

O enredo é marcado por um discurso em consonância com a ideologia de uma época. Aos alunos e às alunas das instituições que adotavam essa obra didática eram oferecidas imagens do feminino, mas, pelo que parece, não eram essas imagens que importavam. Para trilhar o caminho do bem, bastava a esses leitores saber que a união familiar, o trabalho e a economia são fundamentais para atingir o sucesso. Entretanto, leituras como essas, aparentemente ingênuas, incutem, mesmo que inconscientemente, o padrão a ser seguido. O problema recai, sobretudo, na questão de gênero – o padrão pensado para a mulher reflete sua própria história de opressão e submissão.

No fim do enredo, o narrador lembra que Antonio obteve sucesso porque foi *auxiliado* pela esposa e pelos filhos. No espaço doméstico, Genoveva passou, cozinhou, laçou, bordou e administrou a economia doméstica e a distribuição de trabalho entre os filhos. Apesar de todas as atividades, a personagem é mostrada como a que auxilia o chefe da casa. Ainda sobre o trabalho, é significativo observar a distribuição de tarefas entre os filhos do casal. Os meninos ficavam com a arrumação do quintal e do jardim e as meninas cuidavam da casa. Aqueles que ficavam no espaço externo à casa tinham maior importância: quem está fora traz o alimento e o dinheiro necessário para sustentar o lar; quem está dentro tem apenas a função de zelar pelos bens conquistados.

O último aspecto que julgamos importante destacar refere-se ao discurso que Genoveva faz ao marido: “–Tem paciência! Tudo se arranjará! Ainda és moço e podes trabalhar. Esforça-te e verás que ainda seremos muito felizes” (p. 35). A personagem aconselha, mostra-se paciente diante da dificuldade, não se desespera. As personagens femininas, como mencionamos, são construídas a partir de exemplos e caracterizadas, geralmente, pelo dom da doação. Às leitoras dessas narrativas, meninas entre oito e dez anos, eram ensinados esses modelos de conduta feminina: mulheres esforçadas, submissas, caridosas e frágeis. Trata-se de personagens premiadas por

serem honestas e resignadas e punidas por optarem pelo caminho do mal. Como Arnaldo Barreto lembra em seu Prefácio, a leitura deveria preencher a falta de experiências dos pequenos leitores e possibilitar-lhes exemplos e vantagens em seguir o caminho do bem.

Corações de crianças permite observar que as leitoras e os leitores são levados a identificar-se com as personagens e com suas ações, almejando a premiação e temendo a punição vivenciada por elas. Nesse sentido, é interessante analisar o enredo da história “O polichinello”, quando um furto, em vez de punido, é valorizado em decorrência do sentimento que desencadeou a ação. De acordo com o enredo, uma mãe passeava com seu filho, na véspera de Natal, quando a criança pediu que ela lhe comprasse um polichinelo. Sem recursos financeiros para obter o produto, a mãe leva o filho para casa. Na mesma tarde, a criança sofre de febre alta e, entre seus soluços, pede pelo brinquedo. Desesperada, a mãe vai até a loja e rouba o produto. Ao segurar o polichinelo, o filho se acalma e a febre cede. Instantes depois, ela recebe a visita do dono da loja e da polícia. Quando ouve a explicação da suposta ladra, o proprietário da loja declara: “–Eu os trouxe para prender uma ladra, mas aqui só encontrei uma carinhosa mãe... podem retirar-se”. O ato criminoso é perdoado porque fora cometido pelo desespero de uma extremosa mãe. O amor materno é visto como doação integral ao filho, mesmo que o ato exija a infração de leis.

Uma das últimas narrativas que compõem o livro de leitura parece sintetizar o que expressamos até o momento. A mulher era representada a partir de sua função no lar: mãe, esposa, responsável pelo trabalho doméstico. Diante dessa imagem, a mulher, quando não cumpria suas obrigações, era responsabilizada pelos prejuízos causados à sua família. O teor do enredo que passaremos a descrever torna-se ainda mais intenso quando nos lembramos do Prefácio de *Corações de crianças*. Como diz Arnaldo Barreto, a criança é um indivíduo “de ideias pobres”, a leitura possibilitaria a ela aprender com experiências concretas, ao mesmo tempo que lhe incutiria noções de comportamentos morais. Então, a representação que a obra, em si, faz da mulher não é ingênuas; o propósito é, sim, o de apresentar a conduta a ser adotada e as consequências para aqueles que não a seguem.

Em “Ordem e progresso”, um filho questiona seu pai sobre o lema da bandeira brasileira, “Ordem e progresso”. O pai explica ao menino que um país, para progredir, precisa ter ordem, e ilustra sua exposição com o exemplo de uma família cujo pai era trabalhador e honesto, mas “que teve a infelicidade de casar-se com uma mulher prodiga, vadia e desordenada”. Enquanto o marido trabalhava, a mulher conversava com as vizinhas e fazia compras, não se importando com os filhos, que, por sua vez, frequentavam a escola apenas quando tinham vontade. A ajudante da casa aproveitava a ausência da patroa para roubar mantimentos. Quando o marido chegava a casa para almoçar, não encontrava ninguém para acompanhá-lo nas refeições. A desordem da esposa causava-lhe tristeza, mas ele de nada reclamava; até que, não suportando mais o convívio com sua família, o marido morreu de desgosto.

Com sua morte, a mulher precisou trabalhar; como não sabia fazer nada, passou a esmolar pelas ruas, e os filhos foram internados no instituto disciplinar e as filhas entregues para ser criadas em casas de família. O pai concluiu a explanação, lembrando ao filho que a casa deve ser comparada à administração pública. Faz-se necessário que o chefe tenha autoridade para evitar que seus auxiliares desperdicem o dinheiro público.

Na família ilustrada, o marido é representado como fraco, não exigia que a esposa cumprisse a obrigação de zelar pela casa e pela educação dos filhos; como consequência, todos sofriam pela falta de administração: o marido (chefe) morreu de desgosto; a esposa passou a mendigar; e os filhos, nulos de orientação educacional, viraram marginais. É interessante notar que nessa narrativa, apesar de a esposa ter sido a responsável pelo destino da família, o marido foi o grande responsabilizado, pois foi ele quem não cumpriu seu papel de chefe, de administrador do lar. Mesmo que a mulher seja incumbida de zelar para que sua casa seja bem cuidada e para que seus filhos sejam educados, ela deve estar, mesmo em se tratando de atribuições domésticas, submissa às ordens do marido, representado nos enredos como o chefe do lar. A penúltima narrativa que trazemos para análise segue nessa direção.

O narrador de “A economia” conta a história de dois irmãos, Rodolpho e Augusto, que eram casados e tinham bons empregos. A

diferença entre eles estava na forma com que administravam sua família. Rodolpho e a esposa eram econômicos: enquanto ele estava no trabalho, “a mulher fazia todo o serviço da casa, trazia tudo em muito boa ordem e ainda lhe sobrava tempo para fazê-la bonita. Enfeitava-a com plantas e com flores frescas e perfumadas”. Com o auxílio da esposa, Rodolpho conseguia economizar todos os meses.

Em contrapartida, a esposa de Augusto, Julieta, é representada como uma mulher trabalhadora, mas que se ocupava com coisas que não davam lucro à família. Preferia fazer bolos e doces para presentear os amigos a costurar e a lavar as roupas do marido e dos filhos. Como não lhes sobrava nenhuma economia, ficaram impossibilitados de pagar os estudos dos filhos e de construir uma casa própria. Na velhice, Rodolpho e a esposa puderam gozar uma vida tranquila, mas Augusto precisou trabalhar para manter as extravagâncias da esposa.

Além de ilustrar exemplos de conduta para o progresso da família, essa narrativa levanta outra questão, destacada na representação do feminino: o tema da vaidade, o discurso do belo. Augusto não soube controlar as vaidades da mulher; como resultado, precisou trabalhar na velhice para “comprar vestidos de seda para mulher ou gastar tudo em banquetes e festas”. A vaidade, tema constante nas narrativas ficcionais, está mais relacionada às personagens femininas. Em *Corações de crianças*, a temática ilustrou exemplos de personagens que se perderam por deixar-se tomar por esse sentimento.

A esposa de Augusto pôde contar com a cumplicidade do marido, que preferiu trabalhar na velhice a deixar faltar os vestidos novos para ela. Lembramos, mais uma vez, que *Corações de crianças*: terceiro livro era destinado ao terceiro ano das séries iniciais, ou seja, os seus leitores eram crianças entre oito e nove anos. Esses leitores eram confrontados com representações que descrevem a mulher como digna de respeito por zelar por seu lar e por auxiliar o marido no cuidado da família, ou como a responsável pelos insucessos familiares: vício e falta de educação dos filhos, desorganização da casa, infortúnios do marido. As ilustrações deveriam servir como exemplos a ser ou não seguidos e uma das formas de argumentação era a premiação ou a punição. Julieta perde o amor do marido, adoece e vive sozinha seus últimos anos de vida.

O que a análise nos permite constatar é que a representação do sexo feminino sempre esteve atrelada às questões religiosas e morais. A literatura escolar, nesse sentido, desempenhou um papel fundamental para exemplificar aos pequenos leitores a conduta esperada para a época: as mulheres deveriam ser submissas à dominação masculina e presas às lidas domésticas. Rita de Macedo Barreto, embora fosse professora e escritora, não teve essas funções destacadas no Prefácio de sua obra. O mérito de seu “livrinho” foi associado à sensibilidade da mãe em observar as ações de seus oito filhos e de transformar sua observação em “historietas” éticas e moralizantes.

De acordo com as representações percebidas na obra analisada, a mulher é avaliada por sua capacidade de cumprir as obrigações de filha, mãe e esposa. Inconscientemente ou não, as gerações formadas a partir dessas leituras eram condicionadas a aprender algumas dicotomias, como: o marido trabalha, a mulher auxilia; o marido decide, a mulher aconselha; o marido sustenta a casa, a mulher zela pelo que ele conquistou. São posições que atravessam o tempo e que se fazem perceber na conduta de casais, na educação dos filhos, na representação atual da mulher. Reflexões como a que acabamos de traçar são importantes para que tenhamos um olhar menos ingênuo em relação às produções destinadas ao público infantil e à capacidade desse público de interiorizar inconscientemente tais informações.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- AUGUSTI, Valéria. *Trajelórias de consagração: discursos da crítica sobre o romance no Brasil oitocentista*. 2006. Tese (Doutorado) – IEL, Unicamp, Campinas.
- BARRETO, Rita de Macedo. *Corações de crianças: terceiro livro*. 39. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1936. (Série de Contos Moraes e Cívicos).
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fada*. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, p. 475-491, set./dez. 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CANDIDO, Antonio. “A literatura e a formação do homem”. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 803-809, 1972.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- FALCON, Francisco J. Calazans. “História e representação”. In: CARDOSO, Calazans Francisco; MALERBA, Jurandir (Org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 41-80.
- LAJOLO, Marisa. “Do mundo da leitura para a leitura do mundo”. In: ZILBERMAN, Regina (Org.). *Leitura em crise na escola: as alternativas do professor*. São Paulo: Ática, 2002.
- MEAD, Margareth. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 2003.

Recebido em fevereiro de 2009 e aceito em agosto de 2009.